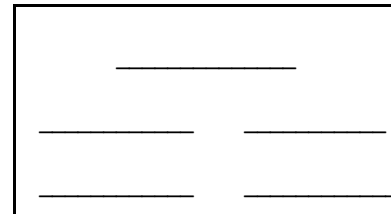




CÂMARA MUNICIPAL
DE
VIANA DO ALENTEJO



ATA N.º 6/2021

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 24/03/2021

Participações por videoconferência (Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a redação dada pela Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro)

PRESIDENTE: BERNARDINO ANTÓNIO BENGALINHA PINTO

VEREADORES: JOÃO ANTÓNIO MERCA PEREIRA

PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO

JOSÉ FILIPE SANTOS CRUZ

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

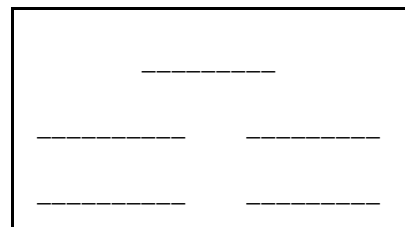
HORA DE ENCERRAMENTO: 17:00 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS: LUIS MIGUEL FIALHO DUARTE, Vereador,
por motivos pessoais imprevistos.

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 18/03/2021

| | |
|---|----------------|
| CAIXA | 5.837,63 € |
| FUNDOS DE MANEIO | 4.052,00 € |
| FUNDO DE MANEIO 4 – JOÃO LUIS FOUTO LOURENÇO..... | 1.500,00 € |
| FUNDO DE MANEIO 5 – SANDRA DE JESUS FERREIRO PEREIRA | 1.000,00 € |
| FUNDO DE MANEIO 6 – JOÃO PEDRO VALÉRIO PARRA MARTINHO ANTUNES | 52,00 € |
| FUNDO DE MANEIO 7 – PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO | 1.000,00 € |
| FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS | 500,00 € |
| DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 1.909.784,01 € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430 | 871.444,02 € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431 | 2.192,30 € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330 | 4.422,87 € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950 | 19.490,45 € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050 | 5.430,67 € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350 | 93.551,22 € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER | 247.196,86 € |
| B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001 | 375.402,41 € |
| C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668 | 177.893,23 € |
| C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743 | 159.978,95 € |
| NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558 | 40.655,74 € |
| NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682 | 50.864,41 € |
| C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214 | 277.794,49 € |
| TOTAL DE DISPONIBILIDADES | 2.332.155,25 € |
| DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS | 2.211.490,61 € |
| DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS | 120.664,64 € |



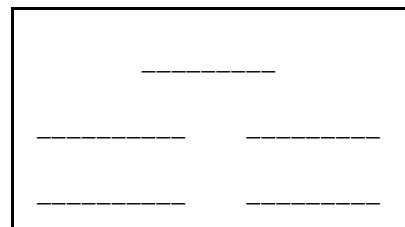
O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual foi realizada por videoconferência, no âmbito das medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença Covid-19, cujo prazo foi alargado pela Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro, que através do seu artigo 2.º alterou o artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, possibilitando que até 31 de dezembro de 2021, possam ser realizadas por videoconferência, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das Autarquias Locais.-----

Participaram na reunião quatro membros do órgão. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, por motivos pessoais imprevistos, não pode participar, tendo a respetiva falta sido justificada por unanimidade. -----

A ordem de trabalhos desta reunião é a seguinte:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta; -----
- 2) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 30 de dezembro de 2020; -----
- 3) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 14 de janeiro de 2021; -----
- 4) Informação sobre atividade da Câmara; -----
- 5) Conhecimento da relação de despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística; -----
- 6) Proposta de aprovação de um Acordo de Colaboração para prestação de Serviços de Saúde Oral aos trabalhadores do Município e familiares diretos; -----
- 7) Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso; -----
- 8) Proposta de alteração do utilizador da Loja n.º 5, sita no mercado municipal de Alcáçovas, passando de Maria José Casaca Batista para a Sociedade por Quotas ENERMODA, LDA., da qual é Sócia-gerente; ----
- 9) Proposta de emissão de parecer favorável relativamente ao licenciamento da atividade de animação turística “Raid O Caminho Mais Longo 2021”, organizada pela Endless Ways, Lda.; -----
- 10) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 4 relativo à Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires, em Viana do Alentejo; -----
- 11) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 8 relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar; -----
- 12) Proposta de celebração de Protocolo para a instalação de uma Estação Meteorológica em Viana do Alentejo; -----



13) Proposta de abertura dos procedimentos de candidatura à atribuição das Hortas Comunitárias do Concelho de Viana do Alentejo, nos termos da alínea a) do artigo 5.º do Regulamento Municipal respetivo; -----

14) Proposta de prorrogação das medidas de Apoio Social no âmbito da COVID-19/Atualização; -----

15) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo/despesas no âmbito da COVID-19; -----

16) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas/despesas no âmbito da COVID-19; -----

17) Proposta de realização de obras necessárias à correção de más condições de segurança, no âmbito do Processo n.º 29/21, cujo requerente é Florinda de Jesus Destapado Mira em Viana do Alentejo; -----

18) Proposta de realização de obras necessárias à correção de más condições de segurança, no âmbito do Processo n.º 27/21, cujo requerente é o Cabeça de Casal da Herança de Mário Francisco Dias Lopes em Viana do Alentejo; -----

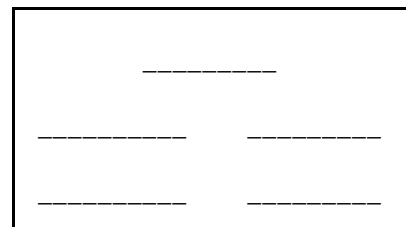
19) Proposta de aprovação da 8.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----

20) Proposta de aprovação da 7.ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----

21) Proposta de aprovação da 6.ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi declarado aberto o período de Antes da Ordem do Dia:

- O Senhor Presidente, conforme transmitido na anterior reunião da Câmara, sublinhou que neste ano de 2021 decorrerá o XVI Recenseamento Geral da População e o VI Recenseamento Geral da Habitação, ou seja, os Censos 2021. Assim, a partir do dia 5 de abril, a população irá receber uma carta do INE – Instituto Nacional de Estatística com os códigos necessários para responder, pela *internet*, a partir do dia 19 de abril. As pessoas que não tenham condições para responder por aquela via, poderão solicitar o apoio de familiares ou amigos, dirigir-se à Junta de Freguesia da área de residência (fazendo-se acompanhar da dita carta do INE), aguardar a visita do recenseador (havendo a garantia do cumprimento do protocolo de segurança de saúde pública) ou, ainda, telefonar para a linha de apoio 210 54 20 21. O Senhor Presidente recordou que o Município prestará apoio a este ato, nomeadamente apoio logístico (impressão de folhetos, entre outros) e de divulgação, bem como outro que se revele necessário. Informou ainda que o Delegado Municipal deste Concelho é o munícipe Mário Grave, que os Coordenadores de cada uma das freguesias são os respetivos Presidentes de Junta e que a Técnica Municipal é Maria Helena Fadista, trabalhadora desta Câmara Municipal. -----

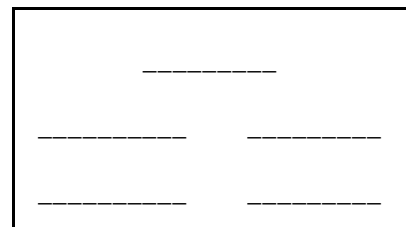


- O Senhor Presidente informou que a edição de 2021 da Romaria a Cavalos Moita – Viana do Alentejo foi cancelada. Tendo em conta a pandemia causada pela Covid-19, a incerteza quanto à sua evolução e, conseqüentemente, quanto às restrições de realização de iniciativas e de aglomeração de pessoas, não é possível preparar, com a devida antecedência, a tradicional Romaria a Cavalos, que decorreria no próximo mês de abril. À semelhança do ano anterior e de acordo com as recomendações da DGS – Direção-Geral da Saúde e as normas legais em vigor, a Comissão Organizadora decidiu cancelar o evento. O Senhor Presidente recordou que a referida Comissão Organizadora é composta pelos Municípios da Moita e de Viana do Alentejo, pela Associação dos Romeiros da Tradição Moitense e pela AEVA – Associação Equestre de Viana do Alentejo. -----

- O Senhor Presidente referiu que no âmbito do plano de modernização de vias de comunicação do Concelho, o Município está a executar vários trabalhos de requalificação de pavimentos nas três freguesias. Foi recentemente concluída a pavimentação nas ruas do Bairro do Gazeia, em Alcáçovas e estão agora a ser preparados vários arruamentos no Bairro 25 de Abril, o Beco de São Pedro e a Avenida Alexandre Herculano, também em Alcáçovas. Disse ainda o Senhor Presidente que estão ainda previstas mais pavimentações em Aguiar e em Viana do Alentejo. -----

- Sobre as obras de maior envergadura em curso, nomeadamente a Requalificação Paisagística e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires e a Construção do Centro Social de Aguiar, o Senhor Presidente informou que as mesmas se encontram a decorrer dentro da normalidade, após pequenos atrasos devido às condições meteorológicas adversas registadas nos meses de janeiro e fevereiro. -----

- O Senhor Presidente informou que o Município de Viana do Alentejo vai promover, ao longo do ano, um conjunto de eventos gastronómicos com temáticas específicas, com o objetivo de promover a utilização de produtos locais e tradicionais e dinamizar a economia local, nomeadamente o setor da restauração. A cada evento gastronómico será atribuída uma temática, sendo a primeira dedicada ao borrego, característico da cozinha tradicional alentejana, que irá decorrer de 1 a 5 de abril, associada ao período da Páscoa. Seguir-se-á a iniciativa “À mesa com a sardinha”, a realizar de 23 a 29 de junho, altura de Santos Populares e arraiais. O terceiro evento gastronómico está agendado para novembro, de 5 a 11, e será dedicado aos frutos do quintal, como a castanha, o marmelo, a romã, a noz, entre outros, divulgando diversos pratos ou doces confeccionados com estes produtos. A quarta e última iniciativa está agendada para o período de inverno, de 17 a 26 de dezembro, e será dedicada ao porco. Nesta altura do ano é tradição a matança do porco, associada a dia de festa, que junta famílias e amigos à volta da mesa, para cumprir uma tradição que se repete ano após ano. A iniciativa pretende dar a oportunidade de



degustar os produtos característicos da região, associados ao calendário, nos vários restaurantes aderentes. -----

- No seguimento de anteriores comunicações que o executivo municipal em regime de permanência tem dirigido à população, com o objetivo de informar sobre a evolução do processo “pandemia Covid-19” no Concelho, o senhor Presidente referiu que a situação está a acalmar de forma visível, registando-se, à data, 2 casos positivos. -----

Sobre as medidas nacionais de combate à pandemia, o Senhor Presidente referiu que após o Parlamento ter aprovado, no passado dia 11 de março, a renovação do 13.º Estado de Emergência, que se aplica a todo o território nacional entre as 00:00 horas do dia 17 de março e as 23:59 horas do dia 31 de março; o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, apresentou o Plano de Desconfinamento Gradual do País.

Assim, a partir do dia 15 de março, entraram em vigor as seguintes medidas:

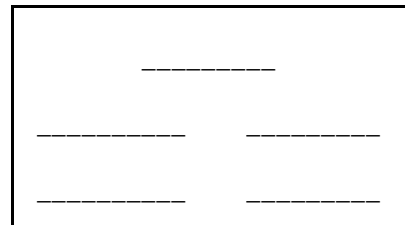
- Abertura de creches, pré-escolar e 1.º ciclo;
- Disponibilização de bens à porta do estabelecimento (postigo);
- Abertura de cabeleireiros, barbeiros, institutos de beleza e estabelecimentos similares;
- Abertura de livrarias, comércio automóvel e mediação imobiliária;
- Abertura de bibliotecas e arquivos;
- Abertura de parques, jardins, espaços verdes e espaços de lazer.

O Senhor Presidente sublinhou a proibição da circulação entre Concelhos, aplicável no fim de semana de 20 e 21 de março, e diariamente a partir do dia 26 de março até ao dia 5 de abril. Acrescentou que o referido Plano de Desconfinamento estabelece quatro fases, com um período de 15 dias entre cada uma, para que possa ser efetuada uma avaliação do impacto das medidas aplicadas. Na 2.ª fase, a partir do dia 5 de abril, verificar-se-á:

- O retorno dos alunos do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico às aulas presenciais;
- A abertura dos equipamentos sociais na área da deficiência;
- A abertura de museus, monumentos, palácios, galerias de arte e similares;
- A abertura de lojas com área até 200m² com porta para a rua;
- Por decisão municipal, autorização da realização de feiras e mercados não alimentares;
- Autorização de funcionamento de esplanadas e permanência do máximo de 4 pessoas;
- Autorização para a prática de atividade física e treino de desportos individuais até 4 pessoas e ginásios sem aulas de grupo.

A partir do dia 19 de abril, verificar-se-á:

- O retorno dos alunos do Ensino Secundário e do Ensino Superior às aulas presenciais;



- A abertura dos cinemas, teatros, auditórios e salas de espetáculo;
- O funcionamento de lojas de cidadão com atendimento presencial por marcação;
- A abertura de todas as lojas e centros comerciais;
- A abertura de restaurantes, cafés e pastelarias (máximo de 4 pessoas no interior ou 6 em esplanadas) até às 22h ou 13h ao fim de semana e feriados;
- A autorização para a prática de atividade física e treino de desportos individuais até 6 pessoas e ginásios sem aulas de grupo;
- Eventos exteriores com diminuição de lotação;
- Casamentos e batizados com 25% de lotação.

A partir de 3 de maio, verificar-se-á:

- Abertura de restaurantes, cafés e pastelarias (máximo de 6 pessoas no interior ou 10 em esplanadas) sem limite de horários;
- Autorização para a prática de atividade física e treino de desportos individuais e coletivos;
- Autorização para a realização de grandes eventos exteriores e eventos interiores com diminuição de lotação;
- Autorização da realização de casamentos e batizados com 50% de lotação.

Todas as medidas podem ser consultadas em <https://www.portugal.gov.pt/.../comunicado-de-conselho-de...> ou <https://covid19estamoson.gov.pt/plano-desconfinamento.../>

Para além do referido *site* da Administração Central, esta informação também pode ser consultada no *site* do Município, no separador próprio criado para o efeito, acessível através da seguinte hiperligação:

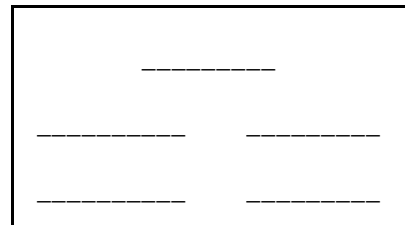
<https://www.cm-vianadoalentejo.pt/municipe/areas-de-acao/saude/covid-19/>

O Senhor Presidente referiu que continuam a ser utilizados todos os canais do Município para sensibilizar e informar, divulgar e promover toda a informação útil de que haja conhecimento, dirigida a toda a população, designadamente às Famílias, às Empresas e a outras Entidades. -----

Acrescentou que a Câmara continua a trabalhar em novos instrumentos com o objetivo de continuar a apoiar toda a comunidade do Concelho.-----

- Disse ainda o Senhor Presidente que o Município continuará a acompanhar a evolução, articulando com as entidades oficiais e tomando todas as medidas que considere necessárias para o bem-estar de todos os municípios. Acerca da articulação, destacou:-----

- No dia 22 de março, reunião por videoconferência com as Juntas de Freguesia e o SMPCVA – Serviço Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo, com o objetivo de esclarecer alguns



aspectos relacionados com o Plano de Desconfinamento, assim como algumas medidas e ponto de situação;

- Amanhã, dia 25 de março, no período da manhã decorrerá o *briefing* semanal entre o SMPCVA, os BVVA – Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e a GNR – Guarda Nacional Republicana. No período da tarde terá lugar a reunião da CDPC – Comissão Distrital de Proteção Civil.

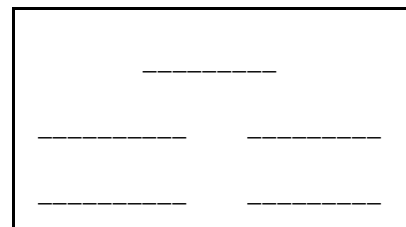
Destacou ainda a articulação e colaboração com outras entidades, nomeadamente:

- Ministério da Educação
 - Cedência de espaços municipais para testagem;
 - Cedência de equipamentos informáticos (*tablets* e/ou *routers* para acesso à *internet*) aos alunos do AEVA – Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, tanto no ano letivo anterior como no corrente;
 - Entrega das refeições aos alunos beneficiários de ASE – Ação Social Escolar, nos respetivos domicílios.
- Ministério da Saúde / Centro de Saúde de Viana do Alentejo
 - Apoio logístico no âmbito da vacinação (transporte dos utentes convocados, quando necessário; aluguer de uma carrinha para transporte dos profissionais de saúde envolvidos nesta ação);
 - Apoio a nível de Recursos Humanos, nomeadamente através do SMPCVA e de uma Técnica do Município, no âmbito dos inquéritos de monitorização efetuados pela Autoridade de Saúde;
 - Apoio financeiro no alojamento do médico contratado em regime de prestação de serviços.
- Centro Distrital da Segurança Social de Évora
 - Cedência de espaços municipais para realização de testagem.

O Senhor Presidente reforçou, mais uma vez, o apelo à responsabilidade individual de cada um, recomendando a todos uma atitude prudente e atenta às orientações da Direção-Geral da Saúde e de outras entidades oficiais, nomeadamente:

- mantendo o distanciamento social;
- usando máscara;
- desinfetando as mãos;
- praticando a etiqueta respiratória;
- evitando espaços fechados, pequenos e pouco arejados.

Ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Vereador José Filipe Cruz, relativamente ao “Projeto do Observatório” recordou que foi dada a informação de que o mesmo beneficiava de um



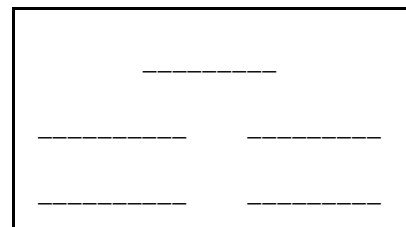
financiamento de 85%. Perguntou este Vereador qual o montante efetivo dessa comparticipação, correspondente a 85% do montante total. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz, referiu-se a uma questão já por diversas vezes debatida e fez notar que tem sido sua preocupação a situação dos empresários deste concelho. Disse que tendo em conta que por imperativos legais já há estabelecimentos encerrados no concelho, em sua opinião deveria existir, por parte do Município, alguma sensibilidade no sentido de apoiar, “de alguma forma e como fosse possível” as pessoas que vivem atualmente com extremas dificuldades. Este Vereador concretizou que ao referir “dificuldades”, está-se a reportar a situações diversas, designadamente de necessidade de pagamento de rendas e de inexistência de quaisquer rendimentos. Este Vereador acrescentou que em sua opinião deverá haver proatividade por parte do Município para tentar chegar a estas pessoas, com aquilo que seja possível. Ainda a este propósito, o Senhor Vereador José Filipe Cruz recordou que na reunião da Câmara de 20 de abril de 2020, o Senhor Vice-Presidente informou que estava a ser elaborado pelo Gabinete Jurídico, um Regulamento visando precisamente esta matéria. Perguntou este Vereador se esse Regulamento foi concluído ou se a intenção de o elaborar foi abandonada pois, segundo crê, seria esta a forma de poder apoiar os empresários. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz, a propósito dos asfaltamentos no concelho, recordou que por diversas vezes ouviu os eleitos em maioria a manifestarem a sua discordância quanto ao facto do executivo anterior ter efetuado asfaltamentos em algumas ruas sem proceder à substituição das respetivas canalizações, algumas ainda em amianto, segundo o que lhe é dado saber. Sem questionar a justeza da preocupação que tem sido manifestada pela maioria quanto a esta matéria, este Vereador constatou que afinal agora se está a proceder exatamente da mesma maneira, perguntando se a preocupação já não existe ou se os trabalhos têm mesmo de ficar feitos, independentemente de não existir a possibilidade de corrigir “o que está por baixo”. -----

Quanto às questões colocadas, o Senhor Presidente referiu que na próxima reunião trará os valores relativos ao “Observatório”. -----

Sobre os apoios aos empresários do concelho, disse o senhor Presidente que a preocupação deste executivo existe e que se assim não fosse, não se teriam isentado os empresários do pagamento de qualquer derrama em 2021. Acrescentou que da ordem de trabalhos da presente reunião consta também uma proposta de prorrogação de medidas de apoio que também abrangem os empresários do concelho, concretamente a prorrogação, até 30 de junho, da isenção da parte fixa das tarifas da água; a prorrogação até final do ano, da isenção das taxas relativas à ocupação de via pública e publicidade; a intensificação da aquisição de bens e serviços em estabelecimentos do concelho; a continuidade da

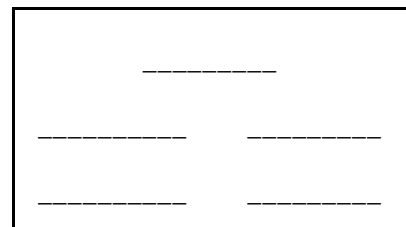


parceria do Município com a ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, no sentido de garantir o apoio aos empresários a nível de formalização de candidaturas e outros. O Senhor Presidente, ainda relativamente a apoios aos empresários, recordou que de outubro a dezembro de 2020 decorreu a campanha “Compre no Comércio Local” e que recentemente decorreu o ciclo gastronómico, pequena medida também no sentido de ajudar. Quanto à questão concreta do Regulamento, disse o Senhor Presidente que o Regulamento não foi concluído por se perspetivar, à semelhança do que sucedeu para a atribuição dos apoios sociais a pessoas em situação económica precária, que era expectável que viesse a ser publicada legislação que possibilitasse a atribuição de apoios aos empresários, mesmo sem a existência de Regulamento Municipal. Dado que essa legislação não existe ainda, o Gabinete Jurídico continua a analisar o assunto, embora na passada semana, aquando do último contacto efetuado, tenha referido a dificuldade de fundamentar a atribuição de apoios aos empresários, sem a existência de Regulamento. -----

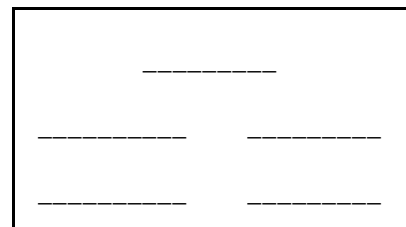
O Senhor Presidente, referindo-se ainda à proposta de prorrogação de medidas de apoio social constante da ordem de trabalhos desta reunião, realçou a importância de não ver nos apoios municipais uma forma de resolver os problemas das empresas, pois a Câmara não tem capacidade para tal, mas sim uma ajuda complementar, como sempre foi afirmado. Disse ainda o Senhor Presidente que tem sido nesta perspetiva que a Câmara tem atuado, recordando que o Senhor Vereador José Filipe Cruz tem manifestado a sua discordância quanto à isenção da parte fixa das tarifas da água, medida que a Câmara implementou, embora sacrificando o grau de recuperação de custos nesta matéria. -----

O Senhor Presidente concluiu, referindo que o assunto de apoio aos empresários “não está fechado”, continuando o trabalho de busca dos meios mais adequados para o efeito, tendo em conta o quadro legal existente. -----

Quanto à questão das pavimentações, o Senhor Vice-Presidente disse compreender a pergunta do Senhor Vereador José Filipe Cruz e a intenção da mesma, entendendo também que ele (Vereador José Filipe Cruz) esteja incomodado ao ver que está a ser realizado um trabalho muito meritório nas três freguesias do concelho, em termos de recuperação das vias. O Senhor Vice-Presidente disse ainda que o colocar desta questão por parte do Senhor Vereador José Filipe Cruz não é inocente dado que ele sabe muito bem que pavimentar ruas no Bairro 25 de Abril ou no Bairro do Gazeia, em Alcáçovas, não é a mesma coisa do que pavimentar arruamentos no centro de Viana com as canalizações a terem roturas diariamente. Acrescentou o Senhor Vice-Presidente que a reabilitação urbana que este executivo tem conseguido fazer tem sido apoiada por fundos comunitários pois não há Município nenhum que consiga recuperar todos os arruamentos em todas as freguesias, apenas com recursos próprios. Contrariamente, os



trabalhos de repavimentação executados por administração direta, ainda que com todos os custos associados, têm uma expressão financeira muito menor do que a realização de uma empreitada, englobando todos os trabalhos de remodelação das redes subterrâneas e de pavimentação. O Senhor Vice-Presidente recordou que em 2009, o anterior executivo de maioria CDU, antes da campanha eleitoral para as eleições autárquicas desse ano, “espalhou uns desenhos a dizer que ia recuperar os pavimentos no Centro Histórico de Viana”, desenhos esses que existem e podem ser consultados. Recordou ainda o Senhor Vice-Presidente que a essa data, no Centro de Viana, os pavimentos apresentavam “crateras” e existiam roturas diariamente. Assim, o atual executivo, tendo em conta a atratividade desejada nos Centros Históricos das Vilas e o facto de ser aí que existiam as canalizações mais antigas, não podia nunca concordar com a recuperação só dos pavimentos, sabendo a elevada probabilidade de existir um rebentamento de conduta a qualquer momento. Referiu o Senhor Vice-Presidente que esta foi a crítica feita pelo atual executivo, sublinhando estar o mesmo atento às zonas mais sensíveis das vilas. Ainda a este propósito, o Senhor Vice-Presidente informou estar já disponível um projeto para integrar uma futura candidatura a fundos comunitários, relativo à recuperação dos pavimentos em calçada, do aglomerado urbano junto à Igreja Matriz de Alcáçovas, para que seja possível realizar aí um trabalho integrado, de recuperação, tal como foi feito no Centro Histórico de Viana e no Centro Histórico de Alcáçovas. Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que também está em curso a elaboração de um projeto relativo à requalificação urbana de outra zona de Alcáçovas considerada sensível, concretamente o Bairro Fragoso. Disse também o Senhor Vice-Presidente que têm estado a ser realizados trabalhos de recuperação das periferias, designadamente no Bairro dos Barrancões, respondendo à solicitação dos moradores quanto à necessidade de repavimentação de uma via que se encontrava num estado que impedia a abertura das janelas porque o alcatrão se estava a desfazer. O Senhor Vice-Presidente acrescentou que nesta situação, menos problemática do que as situações existentes nos Centros Históricos das Vilas, não foram efetuados trabalhos subterrâneos de remodelação das redes. Sublinhou ainda o Senhor Vice-Presidente que as zonas centrais das vilas, por serem as mais antigas e problemáticas, têm sido alvo de maior preocupação por parte deste executivo, a merecerem intervenções de fundo. Acrescentou que não sendo possível efetuar trabalhos de fundo em todas as vias, sem financiamento comunitário, este executivo considera que não se deverão deixar as zonas periféricas por repavimentar. Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que o Bairro 25 de Abril em Alcáçovas tem as vias repavimentadas, sendo raras as roturas neste Bairro, tal como no Bairro do Gazeia. O Senhor Vice-Presidente referiu constatar que os moradores destes Bairros estão bastante satisfeitos com os trabalhos que têm vindo a ser realizados e informou que brevemente será repavimentada a rua entre o campo de



futebol e o jardim, tal como o Beco de S. Pedro, em Alcáçovas e serão também repavimentadas mais ruas em Viana, nas zonas periféricas. O Senhor Vice-Presidente disse também que está em elaboração o projeto relativo à quarta fase da requalificação do Centro Histórico de Viana, havendo portanto uma diferença significativa entre “o que se fazia e o que se faz”, tendo este executivo uma atitude coerente, lamentando que o Senhor Vereador José Filipe Cruz sinta algum incómodo ao ver a execução destes trabalhos que são em benefício da população. -----

O Senhor Vereador Paulo Manzoupo, a propósito da repavimentação de algumas vias nas freguesias do concelho, fez notar que era já impraticável proceder apenas à aplicação de remendos, dado o estado de degradação em que se encontravam. Assim, a melhor opção foi mesmo a colocação de uma nova camada de desgaste, sendo que em Alcáçovas, nesta fase, foram pavimentados cerca de mil metros de via, por administração direta, com o foco naquilo que era mais urgente, por se encontrar em piores condições. ---

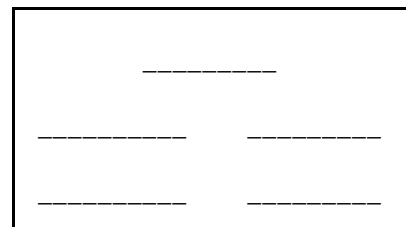
O Senhor Presidente disse que tal como vem sendo informado, existe um plano de trabalhos que tem vindo a ser executado de acordo com as prioridades definidas, embora com a consciência de que não é possível resolver todos os problemas existentes a nível das pavimentações. Contudo – disse – existe um rumo, que começou pelo essencial, concretamente os Centros Históricos, tendo sido aí substancialmente melhorada a qualidade de vida dos moradores, aliando à requalificação dos pavimentos, a redução de roturas, a redução do tempo de interrupção do fornecimento de água e a melhoria da qualidade da água que agora chega às pessoas de forma mais rápida. -----

O Senhor Presidente concluiu, sublinhando que não é possível, como já foi referido, executar este tipo de intervenção em todas as ruas do concelho, substituindo as infraestruturas como foi feito no Centro Histórico. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz, disse que contrariamente ao que foi afirmado pelo Senhor Vice--Presidente, não está nada incomodado com os trabalhos em curso, concordando que têm de ser feitos. Acrescentou que apenas pretendeu fazer uma comparação depois de várias vezes ter ouvido este executivo criticar o executivo anterior por ter feito pavimentações sem reparar as infraestruturas subterrâneas, não se tendo apercebido que essas críticas se reportavam apenas aos Centros Históricos. –

O Senhor Vereador José Filipe Cruz sublinhou que concorda com tudo o que sejam investimentos e benfeitorias duradouras no concelho, inclusive com a canalização de verbas correntes para despesas de capital, nada o incomodando os trabalhos em curso, com os quais está completamente de acordo. -----

O Senhor Vice-Presidente lamentou que o Senhor Vereador José Filipe Cruz não se tivesse informado bem antes de trazer este assunto para a reunião, limitando-se a referir “que sempre ouviu criticar o assunto



dos arruamentos”, sem ter aprofundado os critérios seguidos por este executivo no tocante à realização dos trabalhos de pavimentação. -----

O Senhor Vice-Presidente também lamentou que o Senhor Vereador José Filipe Cruz não tenha começado a sua intervenção congratulando-se pelo facto dos Bairros intervencionados ficarem com as ruas perfeitamente recuperadas e acessíveis à população. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz observou que não competirá ao Senhor Vice-Presidente dizer-lhe como deverá começar as suas intervenções, pois elas serão iniciadas da forma que muito bem entender.

O Senhor Vice-Presidente realçou que aquilo que disse foi no sentido de lamentar que o Senhor Vereador José Filipe Cruz, fazendo parte do órgão Câmara, não se tivesse congratulado primeiro com os melhoramentos que estão a ser feitos para a população, preocupando-se, sim, em iniciar a sua intervenção com uma confrontação para a qual nem sequer estava preparado. -----

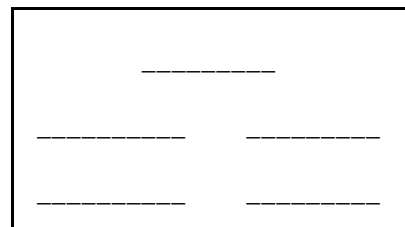
O Senhor Presidente referiu que numa visita que fez às redes sociais, viu por acaso um comentário de um membro da Assembleia Municipal a chamar a atenção de que uma rua do Bairro Gazeia intervencionada, tinha sido sinalizada na Assembleia Municipal. Disse o Senhor Presidente ter informado esse membro, numa sessão da Assembleia Municipal, que existia um plano de trabalhos de repavimentação no concelho, o qual tem vindo a ser seguido, embora fiquem ainda muitas ruas por arranjar, competindo esse trabalho ao futuro executivo. -----

O Senhor Vice-Presidente realçou que todos os anos têm sido feitas pavimentações, sendo que neste momento as ruas em pior estado são as do Bairro Frágoso, junto ao Centro Histórico de Alcáçovas. Como foi referido, está em execução um projeto para a respetiva reparação integral, em detrimento, da exclusiva repavimentação, projeto esse a candidatar a financiamento comunitário logo que surja a oportunidade. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz referiu-se às sistemáticas observações que lhe vêm sendo feitas de que não tem conhecimento e de que não está preparado para discutir os assuntos. Disse este Vereador que talvez esteja mais preparado do que aquilo que se possa pensar e que “o tempo o dirá”. -----

O Senhor Vice-Presidente, relativamente ao assunto que tem vindo a ser discutido – pavimentações – disse que as intervenções do Senhor Vereador José Filipe Cruz demonstram que não está na posse de todos os elementos, não apresentando, por exemplo, quaisquer evidências de que tenha sido afirmado por este executivo que só pavimentaria arruamentos se pudesse substituir infraestruturas ... -----

O Senhor Vice-Presidente fez questão de salientar que as afirmações que fez relativas à impreparação do Senhor Vereador José Filipe Cruz, são apenas quanto à vertente política e de autarca, em nada beliscando



as relações pessoais e a estima que tem pelo Senhor Vereador como pessoa, a quem reconhece grande mérito. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz objetivou que quando refere que ouviu críticas sobre a atuação do anterior executivo em matéria de pavimentações, foi nas sessões da Assembleia Municipal, sendo certamente possível encontrar nas atas, tais afirmações. -----

Ainda a propósito da impreparação do Senhor Vereador José Filipe Cruz, o Senhor Vice-Presidente recordou a sua sugestão de contratação de empresa especializada para avaliar os candidatos ao lugar de Engenheiro Civil, já ordenados na lista final que tem de ser seguida. Disse o Senhor Vice-Presidente que não pode conceber que um Vereador não domine as regras básicas da admissão de pessoal na função pública. -----

Disse também o Senhor Vice-Presidente que o facto do Senhor Vereador José Filipe Cruz trazer para a reunião da Câmara o assunto das pavimentações teve como objetivo “iludir as pessoas”. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz manifestou-se contra esta afirmação do Senhor Vice-Presidente, referindo que nunca foi sua intenção “enganar ninguém” e que pelo contrário, é este executivo que vive da ilusão e da imagem. Este Vereador reiterou que nunca esteve nem estará na Câmara para enganar quem quer que seja, com o que quer que seja. -----

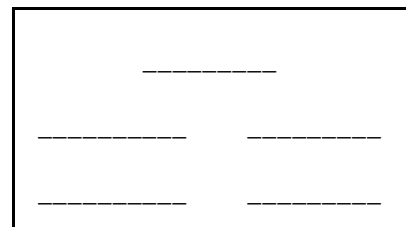
O Senhor Vice-Presidente referiu que ao não se dizer a verdade objetiva, está-se a iludir, ou seja, quando não se diz a totalidade do que se sabe, está-se a tentar iludir. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz referiu que o Senhor Vice-Presidente, com esta intervenção, está precisamente a tentar iludir. Acrescentou que sabe que a posição do Senhor Vice-Presidente é uma posição política, como autarca e que a sua posição é como munícipe e defensor dos reais interesses, independentemente de “politiquices” nas quais não quer entrar pois nunca foi, não é e nunca será um político. -----

Perante esta intervenção, o Senhor Vice-Presidente perguntou ao Senhor Vereador José Filipe Cruz se ele já se havia demitido pois se assim não for, tem a responsabilidade política e de autarca até se demitir ou até final do mandato. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz reiterou a sua posição no sentido de querer tratar os assuntos como munícipe e tendo sempre em conta os reais interesses do concelho, abstraindo-se completamente das questões político-partidárias, nada disso lhe interessando. -----

O Senhor Vice-Presidente, a este propósito, disse que o discurso do Senhor Vereador José Filipe Cruz “é completamente ao lado”, uma vez que está a participar numa reunião de um órgão político para o qual



foi eleito com o voto das pessoas, sendo uma falta de respeito dizer que só discute as matérias como município e não como político. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz, ainda quanto à isenção da parte fixa das tarifas da água, reiterou que deveria existir uma sensibilidade maior para com quem não tem quaisquer rendimentos, ou seja, a Câmara não está a fazer qualquer diferenciação quanto à isenção da parte fixa das tarifas. -----

O Senhor Presidente disse que o Senhor Vereador José Filipe Cruz está a partir do pressuposto que todos os munícipes beneficiam da isenção da parte fixa da tarifa da água, não sendo correto este raciocínio. Disse o Senhor Presidente que quem beneficia desta isenção são os empresários do concelho (todos). ----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz reiterou a opinião de que deveria existir uma diferenciação do benefício em função da existência ou não de quebra do rendimento, com especial atenção para esta última situação. -----

O Senhor Presidente voltou a dizer que não existe uma seriação dos empresários que permita concluir quanto à existência de quebras no rendimento. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz insistiu em referir que existem mecanismos que poderão ser utilizados para fazer a necessária aferição, podendo é a Câmara não querer utilizá-los. -----

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

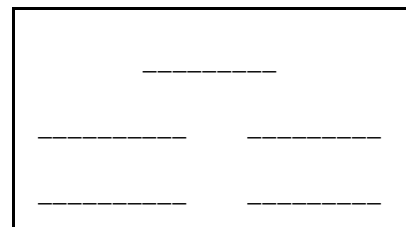
Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 30 de dezembro de 2020 – A Câmara aprovou por unanimidade a ata relativa à reunião ordinária de 30 de dezembro de 2020. -----

--

Ponto três) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 14 de janeiro de 2021 – A Câmara aprovou por unanimidade a ata relativa à reunião ordinária de 14 de janeiro de 2021. -----

Ponto quatro) Informação sobre atividade da Câmara – O Senhor Presidente informou que no dia 11 de março participou na reunião da CDPC – Comissão Distrital de Proteção Civil, por videoconferência. Entre os assuntos abordados, destacou o ponto de situação da pandemia causada pela Covid-19 a nível distrital. Esta reunião tem uma periodicidade quinzenal, sendo, por isso, a próxima realizada no dia 25 de março. -

- O Senhor Presidente informou que no dia 12 de março teve lugar o *briefing* semanal, entre o SMPCVA – Serviço Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo, os BVVA – Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e a GNR – Guarda Nacional Republicana, no âmbito da Covid-19, tendo sido efetuado um ponto



da situação epidemiológica, por via da informação disponibilizada através do CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora; troca de informações entre as várias entidades participantes; referência às ocorrências mais relevantes e planeamento de trabalhos. -----

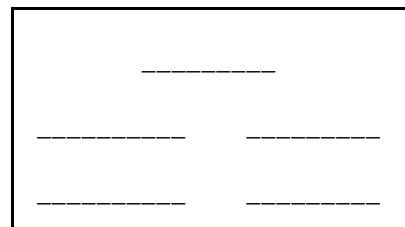
- O Senhor Presidente informou que no dia 16 de março, participou na reunião mensal do Conselho Intermunicipal da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, por videoconferência e que nesse mesmo dia o Senhor Vice-Presidente participou na reunião mensal do Conselho Diretivo da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, com recurso a videoconferência. -----

- O Senhor Presidente informou que no dia 17 de março reuniu com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Juiz Desembargador Dr. Antero Luís, com recurso a videoconferência. Nesta reunião foi feito o ponto de situação do novo Posto Territorial da GNR – Guarda Nacional Republicana de Viana do Alentejo. Da parte do MAI – Ministério da Administração Interna está a ser concluído o projeto, após uns últimos pedidos de alteração por parte da GNR. O MAI irá enviar também os instrumentos legais administrativos para análise e aprovação de ambas as partes. -----

- O Senhor Presidente informou que no dia 19 de março reuniu o Núcleo Executivo da Rede Social de Viana do Alentejo, através de videoconferência, tendo participado representantes da CMVA – Câmara Municipal de Viana do Alentejo; Carla Malaca, da Associação Terras Dentro e também Coordenadora do CLDS 4G (Contrato Local de Desenvolvimento Social de 4.ª Geração) – Rumo Certo; Susana Belga, da Associação Terra Mãe; Marília Rasquinho, da UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade e Maria Jesus Pomares, do AEVA – Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo. Foram transmitidas algumas informações relacionadas com o momento, tendo-se concluído que as entidades da área social continuam a dar resposta à população e a articular entre si muito regularmente. -----

- O Senhor Presidente informou que no dia 21 de março se assinalou o Dia Mundial da Poesia. O Município de Viana, de modo a celebrá-lo simbolicamente, preparou um conjunto de atividades, através da Biblioteca Municipal, as quais foram transmitidas em direto no Facebook, nomeadamente, recitação de poemas, música tradicional alentejana, acompanhada de dois músicos do Concelho – José Pedro Paitio e Joaquim Grilo, aos quais também agradecemos, e ainda outros géneros musicais, que se vertem em poesia nacional. -----

- O Senhor Presidente referiu que por ocasião do Dia Mundial da Árvore e das Florestas, calendarizado a 21 de março, o Município partilhou algumas recordações das várias atividades concretizadas nos últimos anos, em colaboração com o AEVA – Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo. Este ano, o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas comemorou esta data envolvendo todos os cidadãos, proprietários rurais e municípios, disponibilizando gratuitamente 50.000 árvores autóctones,



com o objetivo de destacar a importância da ação para a recuperação das florestas. Como todas as árvores contam, no dia 22 de março, Dia Mundial da Água, e com a participação de uma turma do Ensino Pré-Escolar do Centro Escolar de Viana do Alentejo, o Município plantou o Sobreiro oferecido pelo ICNF.

- O Senhor Presidente informou que no dia 24 de março participou no *webinar* “A Qualificação e Promoção do Território Nacional”. Intervieram, entre outros, a Senhora Ministra da Coesão Territorial, Doutora Ana Abrunhosa; o Senhor Secretário de Estado para a Internacionalização, Professor Doutor Eurico Brilhante Dias, e o Senhor Presidente da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, Dr. Manuel Machado; naquele que foi um debate de captação de investimento, qualificação do território e fontes de financiamento no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência. A iniciativa foi promovida conjuntamente pelo Ministério da Coesão Territorial, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela ANMP, pela aicep (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) Portugal Global e pela aicep Global Parques. -----

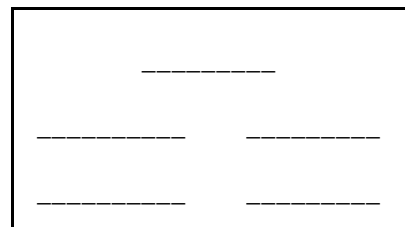
Ponto cinco) Conhecimento da relação de despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística – A Câmara tomou conhecimento da relação de despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente no uso da competência subdelegada em matéria de administração urbanística. -----

Ponto seis) Proposta de aprovação de um Acordo de Colaboração para prestação de Serviços de Saúde Oral aos trabalhadores do Município e familiares diretos – A Câmara aprovou por unanimidade uma proposta de Acordo de Colaboração a celebrar com a Clínica “Medicina Dentária Especializada”, sediada em Évora com o objetivo de proporcionar aos trabalhadores do Município e respetivos familiares diretos, vantagens na obtenção de serviços de saúde oral. -----

O Senhor Presidente, a propósito de protocolos com vantagens para os trabalhadores do Município, exibiu a listagem respetiva, a qual contém cerca de dez Protocolos com várias entidades e abrangendo diversas áreas. -----

Ponto sete) Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso – Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento Municipal respetivo, a Câmara deliberou por unanimidade proceder à renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso do munícipe António Joaquim Pão Mole Letras, residente em Viana do Alentejo. -----

Ponto oito) Proposta de alteração do utilizador da Loja n.º 5, sito no mercado municipal de Alcáçovas, passando de Maria José Casaca Batista para a Sociedade por Quotas ENERMODA, LDA., da qual é Sócia-gerente – A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de Maria José Casaca



Batista, arrendatária da loja n.º 5 no Mercado Municipal de Alcáçovas, permitindo que a titular do contrato respetivo passe a ser a Sociedade por Quotas ENERMODA, LDA., recentemente constituída e da qual a requerente é Sócia-gerente. -----

Ponto nove) Proposta de emissão de parecer favorável relativamente ao licenciamento da atividade de animação turística “Raid O Caminho Mais Longo 2021”, organizada pela Endless Ways, Lda. – A

Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer favorável quanto ao licenciamento da atividade de animação turística “Raid O Caminho Mais Longo 2021”, organizada pela Endless Ways, Lda., com sede em Alenquer. O evento terá duas edições no primeiro semestre de 2021, passando por este concelho nos dias 24 de abril e 15 de maio. -----

Ponto dez) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 4 relativo à Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires, em Viana do Alentejo

– A Câmara aprovou por unanimidade o Auto de Medição n.º 4 relativo à Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires, em Viana do Alentejo, no montante de 64 464,82€ (sessenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos). -----

Ponto onze) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 8 relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar

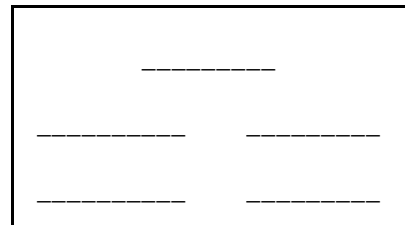
– A Câmara aprovou por unanimidade o Auto de Medição n.º 8 relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar, no montante de 111 154,79€ (cento e onze mil cento e cinquenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos). -----

Ponto doze) Proposta de celebração de Protocolo para a instalação de uma Estação Meteorológica em Viana do Alentejo

– O Senhor Presidente apresentou a proposta de Protocolo a celebrar com a Associação de Meteorologia “MeteoAlentejo”, com sede em Serpa, com vista à instalação de uma Estação Meteorológica em Viana do Alentejo, permitindo que sejam fornecidos dados meteorológicos, em tempo real, através de um site específico e através do site do Município. O Senhor Presidente informou que o custo associado é de 160,00€ (cento e sessenta euros), competindo ao Município algum acompanhamento do equipamento que é bastante autónomo. -----

O Senhor Presidente informou ainda que há cerca de um mês existiam no Alentejo, vinte e uma estações destas, sendo que no Alentejo Central já estão instaladas nos Municípios de Évora, Mourão, Vila Viçosa. Estremoz e Redondo. -----

A proposta de celebração do Protocolo foi aprovada por unanimidade. -----



Ponto treze) Proposta de abertura dos procedimentos de candidatura à atribuição das Hortas Comunitárias do Concelho de Viana do Alentejo, nos termos da alínea a) do artigo 5.º do Regulamento Municipal respetivo

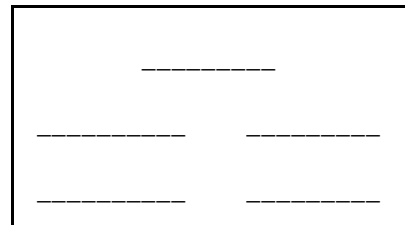
– Tendo sido publicado no Diário da República de 5 de março corrente, o Regulamento Municipal das Hortas Comunitárias de Viana do Alentejo, a Câmara deliberou por unanimidade e ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 5.º do referido Regulamento, o seguinte:

- a) Atribuir 43 hortas, com a área aproximada de 71 metros quadrados cada; -----
- b) Fixar o prazo de apresentação das respetivas candidaturas entre 3 e 31 de maio de 2021. -----

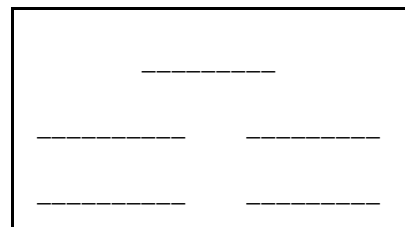
Ponto catorze) Proposta de prorrogação das medidas de Apoio Social no âmbito da COVID-19/

Atualização – O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta de prorrogação de medidas de emergência económica e social no âmbito da COVID-19 e respetiva atualização:

- 1) Reforçar o Fundo de Emergência Municipal até ao montante de 350.000,00€; -----
- 2) Suspender o pagamento das tarifas fixas dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos aos consumidores não domésticos, **até 30 de junho de 2021**; -----
- 3) Suspender o pagamento de rendas dos estabelecimentos comerciais propriedade da autarquia, **até 30 de junho de 2021**, até ao máximo de 300,00€; -----
- 4) Suspender o pagamento das rendas das habitações sociais municipais, **até 30 de junho de 2021**; -----
- 5) Suspender o pagamento de taxas referentes à ocupação do espaço público e publicidade aos detentores de estabelecimentos comerciais, **até 31 de dezembro de 2021**; -----
- 6) **Continuar** a possibilitar o pagamento faseado das faturas de abastecimento de água, saneamento e resíduos a consumidores domésticos e não domésticos com comprovada dificuldade económica derivada da pandemia COVID-19; -----
- 7) **Continuar** a articular com as IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho o aprofundamento de respostas atualmente existentes, **e outras**, de modo a criar soluções integradas e sustentáveis junto das populações mais permeáveis, nomeadamente idosos, desempregados e crianças;
- 8) Manter disponibilidade de apoios suplementares às IPSS do concelho; -----
- 9) Reforçar as orientações para o pagamento de faturas de empresas locais em reduzido espaço temporal, após verificação das formalidades legais exigidas, e pagamento imediato de todas as faturas de fornecedores locais já rececionadas e em conformidade; -----
- 10) Reforçar as orientações para aquisição de bens e/ou serviços a empresas locais; -----
- 11) Reforçar a divulgação da isenção do pagamento da Derrama em 2021 de todas as empresas com atividade no concelho; -----



- 12) Prorrogar a validade dos cartões do Reformado, Pensionista e Idoso de Viana do Alentejo que tenham data de vencimento até **30 de junho de 2021**; -----
- 13) **Continuar** a articulação com várias entidades, nomeadamente segurança social, saúde e proteção civil, com vista à preparação e disponibilidade de instalações de primeira e segunda linha para eventuais necessidades que se venham a verificar no combate à pandemia COVID-19, cedendo também instalações e equipamentos municipais que se venham a revelar necessários; -----
- 14) **Continuar** a compartilhar financeiramente a realização de testes aos funcionários e utentes dos lares e centros de dia do Concelho, bem como disponibilizar espaços para a realização dos mesmos; -----
- 15) **Continuar** a colaborar na implementação de medidas governamentais que visem apoiar os pequenos e médios empresários e encaminhá-los na procura de respostas e eventuais apoios através da ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo; -----
- 16) **Manter** o pagamento mensal das Bolsas de Estudo por Carência Económica aos alunos que frequentam o Ensino Superior, apesar da suspensão de atividades letivas; -----
- 17) **Continuar** a Assegurar aos agentes sociais, culturais e desportivos o pagamento dos protocolos/acordos já celebrados; -----
- 18) **Continuar** a Assegurar a concretização do plano de investimentos para 2021 da Câmara Municipal, nomeadamente no que se refere às obras previstas; -----
- 19) **Continuar** o processo do Regulamento do Programa Municipal para atribuição de comparticipação nos Medicamentos, em complemento da medida de comparticipação na aquisição de medicamentos, através do Programa Abem: Rede Solidária do medicamento; -----
- 20) **Continuar** o processo do Regulamento do Cartão Solidário do concelho de Viana do Alentejo; -----
- 21) **Continuar** a oferta de máscaras sociais a reformados, desempregados, a Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, a Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos e a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Concelho de Viana do Alentejo; -----
- 22) **Manter** o apoio financeiro a agregados familiares carenciados economicamente no pagamento da água, eletricidade, gás e renda de habitação, até 30 de junho de 2021; -----
- 23) **Continuar** a assegurar a disponibilidade do Município para receber os desempregados dos respetivos programas do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, em articulação com este; -----
- 24) **Continuar** a analisar a possibilidade de novos apoios ao comércio local em parceria com a ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (após conclusão das Campanhas “Compre no Comércio Local”); -----



25) **Continuar** a analisar a possibilidade de atribuição de novos apoios a entidades do concelho, nomeadamente às Famílias, às Empresas, ao Movimento Associativo e às IPSS-Instituições Particulares de Solidariedade Social, com subordinação ao quadro legal vigente e futuro. -----

O Senhor Presidente recordou que em dezembro de 2020 foi feita uma atualização das medidas de apoio económico e social, tendo algumas medidas sido prorrogadas até 31 de março de 2021 e propondo-se hoje nova prorrogação. O Senhor Presidente realçou que estas medidas devem ser vistas como complementares a outras mais robustas, por parte do Governo que é quem tem capacidade e competência para o efeito. -----

Disse o Senhor Presidente que na proposta em apreço se mantêm as 25 medidas, salientando que o Fundo de Emergência Municipal passará de 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros) para 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros), tendo em conta que houve um acréscimo de apoios, particularmente às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho. -----

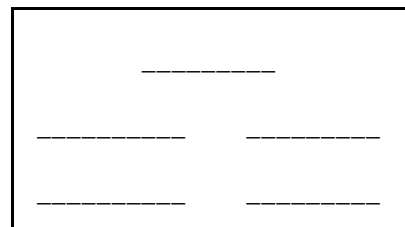
O Senhor Vereador José Filipe Cruz, relativamente à medida 25, perguntou o que se pretende dizer com “continuar a analisar a possibilidade de atribuição de novos apoios ...” -----

O Senhor Presidente respondeu que se pretende continuar a verificar a possibilidade legal de atribuição de apoios aos empresários, explorando todas as formas possíveis para concretizar o objetivo de os apoiar e diretamente, como é intenção deste executivo e tem sido sua preocupação. Para além dos empresários, é também intenção do executivo, continuar a apoiar as famílias, o movimento associativo e as Instituições Particulares de Solidariedade Social. -----

A proposta em análise foi aprovada por unanimidade. -----

Ainda no âmbito da preocupação que tem existido no sentido de encontrar a forma legal de atribuição de apoios aos empresários e no âmbito dos contactos mantidos a esse propósito com o Gabinete Jurídico que presta assessoria ao Município, o Senhor Presidente disse que irá pedir de seguida à Chefe da Divisão de Gestão de Recursos que faça uma breve exposição do assunto na vertente do poder ou não poder fazer, face ao suporte jurídico que tem de existir. -----

Estabelecendo um paralelismo entre este assunto e o assunto relativo ao suplemento de Penosidade e Insalubridade, o Senhor Presidente recordou que já foi manifestada a intenção deste executivo de efetuar o pagamento desse suplemento com efeitos a 1 de janeiro de 2021. Contudo, apesar da pergunta objetiva feita pela Divisão de Gestão de Recursos à DGAL, com duas insistências, ainda não houve uma resposta afirmativa no sentido de que o pagamento pode efetivamente retroagir a 1 de janeiro. Perante esta indefinição, foi hoje mesmo contactado o Gabinete Jurídico que presta assessoria ao Município, no



sentido de que fundamente uma proposta que vá ao encontro da intenção que temos de pagar o suplemento com efeitos a janeiro, aos trabalhadores a quem o mesmo for devido. -----

A Chefe da Divisão de Gestão de Recursos, relativamente aos apoios aos empresários, esclareceu que por via do aditamento do artigo 35.º-U ao decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, aditamento que ocorreu por via do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 99/2020, de 22 de novembro, passou a vigorar a seguinte disposição legal:

“Artigo 35.º-U

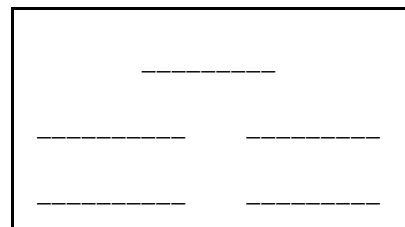
Apoios autárquicos de combate aos efeitos da pandemia

Para efeitos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º, bem como da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, considera-se apoio à atividade de interesse para a freguesia, bem como apoio à atividade económica de interesse municipal, respetivamente, a concessão de apoios, em dinheiro ou em espécie, a entidades e organismos legalmente existentes, relacionados com a resposta à pandemia da doença COVID-19 ou recuperação económica no contexto da mesma.”

Na sequência da entrada em vigor desta norma, a DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, emitiu uma nota explicativa, clarificando a possibilidade legal de concessão de apoios pelos órgãos autárquicos a entidades e organismos legalmente existentes, relacionados com a resposta à pandemia da COVID-19 ou recuperação económica no contexto da mesma, sendo estes apoios considerados como auxílio à atividade de interesse municipal. Contudo, a DGAL não esclareceu quanto à forma de atribuição desses apoios, sendo aqui necessário fazer um paralelismo com o que sucede a propósito dos apoios sociais a pessoas em situação económica precária em que existe norma expressa permissiva de atribuição desses apoios mesmo sem existir regulamento, conforme disposto nos números 1 e 2 do artigo 4.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na atual redação. -----

Havendo uma diferença substancial entre as duas situações (numa delas está expressa a possibilidade de apoiar sem regulamento enquanto que no tocante aos apoios às empresas, essa possibilidade não consta de qualquer norma), foi solicitado parecer jurídico ao Gabinete que presta assessoria ao Município, tendo sido manifestada claramente a opinião de que deverá existir regulamento para possibilitar a atribuição dos apoios aos empresários. -----

Disse ainda a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos que o processo de elaboração de um Regulamento Municipal obedece à tramitação constante do Código do Procedimento Administrativo, prevendo prazos e formalidades que não se coadunam com a celeridade que é pretendida a fim de que os apoios cheguem



rapidamente aos destinatários. Contudo, sendo necessário estabelecer normas para a atribuição desses apoios, apenas existe o Regulamento para responder a tal pretensão. -----

Relativamente ao Suplemento de Penosidade e Insalubridade, a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos recordou que a norma habilitante para a respetiva atribuição provém do artigo 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2021). Referiu que a DGAL, através de uma Nota Informativa, veio esclarecer alguns aspetos relativos à operacionalização da atribuição deste suplemento, referindo que o mesmo produzirá efeitos a partir da produção de efeitos da deliberação da Câmara Municipal que definir as funções que preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade, bem como o seu nível alto, médio ou baixo. -----

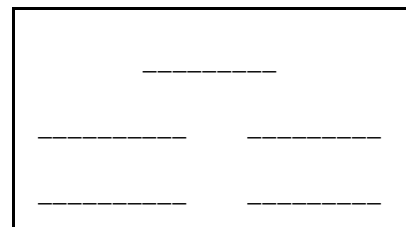
Disse a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos que na tentativa de confirmar a possibilidade de fazer retroagir os efeitos do suplemento de penosidade e insalubridade a janeiro, foi enviado um email à DGAL, exatamente com essa pergunta, formulada objetivamente. Face à demora na resposta, foi contactada a DGAL, via telefone, a qual informou que o assunto estava em análise. Posteriormente, foi recebida uma resposta remetendo para a nota explicativa inicial e referindo a disponibilidade para prestação de esclarecimentos adicionais. Seguiu-se um novo email, reiterando a pergunta direta já anteriormente formulada. -----

Em resposta, a DGAL remeteu-nos para os artigos do Código do Procedimento Administrativo, relativos à retroatividade dos atos, sem responder “sim ou não” à questão apresentada. Em face do que anteriormente foi referido, foi hoje mesmo solicitado ao Gabinete Jurídico que presta assessoria ao Município que se pronuncie sobre a questão. -----

Ponto quinze) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo/despesas no âmbito da COVID-19 – Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo a importância de 20 000,00€ (vinte mil euros) como participação no aumento das despesas derivadas da atual situação de pandemia da COVID-19. -----

Ponto dezasseis) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas/despesas no âmbito da COVID-19 – Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas a importância de 20 000,00€ (vinte mil euros) como participação no aumento das despesas derivadas da atual situação de pandemia da COVID-19. -----

O Senhor Presidente referiu-se à fase complexa pela qual as Misericórdias passaram, devido à pandemia da COVID-19. Para além dos óbitos que se verificaram, têm estado impossibilitados de admitir utentes,



pelo que as verbas agora deliberadas têm o propósito de ajudar a colmatar essas dificuldades acrescidas. Em resposta à questão solicitada pelo Senhor Vice-Presidente, quanto aos montantes transferidos para cada uma das Misericórdias, desde o início da pandemia, o Senhor Presidente informou não ter esses dados disponíveis de imediato, sabendo contudo que após as transferências das verbas hoje deliberadas, cada Misericórdia do concelho, em 2021, recebe 50 000,00€ (cinquenta mil euros). -----

O Senhor Vice-Presidente disse que com esta informação já lhe é possível ficar com uma ideia quanto aos montantes transferidos. -----

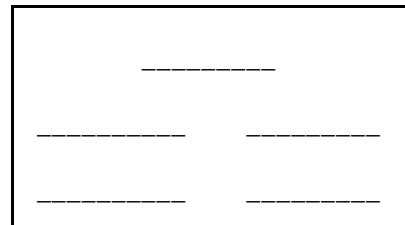
O Senhor Vereador José Filipe Cruz perguntou ao Senhor Vice-Presidente se não tinha a noção dos valores transferidos tendo ele respondido afirmativamente, embora não tivesse presente os montantes exatos. --

O Senhor Vice-Presidente recordou que ao serem aprovadas as primeiras medidas de apoio no âmbito da pandemia, foi manifestada, pelos eleitos da CDU, a preocupação quanto ao valor que o Município disponibilizaria para este efeito, verificando-se que neste momento o Fundo para esse fim tem o montante de 350 000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros), comprovando que o executivo está atento às necessidades, podendo os Senhores Vereadores da oposição ficar tranquilos a esse respeito. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz referiu que gostaria de conhecer o montante das verbas transferidas não só para as Instituições Particulares de Solidariedade Social mas também para todas as outras, designadamente empresas, empresários ... -----

O Senhor Vice-Presidente realçou que independentemente do Senhor Vereador José Filipe Cruz saber que se está a trabalhar no sentido da possibilidade de concessão de apoios aos empresários, recorrentemente fala, nas suas intervenções, de empresas e empresários, não sabendo se isso está ou não relacionado com o facto do Senhor Vereador José Filipe Cruz, ele próprio, empresário. -----

O Senhor Vice-Presidente recordou um facto que lhe causa alguma estranheza, referente à reação dos Senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz aquando da concessão de exploração do posto de abastecimento de combustível em Alcáçovas, adjudicada por 1 500,00€ (mil e quinhentos euros) mensais, situação que considera ter sido “um bom negócio em defesa dos interesses municipais”. Na altura, os Senhores Vereadores da oposição, numa perspetiva empresarial, consideram o montante exagerado, chegando o Senhor José Filipe Cruz a alvitar que o montante a pagar pela concessão do posto de abastecimento de combustível fosse o mesmo que é pago por outros estabelecimentos concessionados pelo Município, na ordem dos cinquenta ou sessenta euros, falando até do quiosque do Jardim Público de Alcáçovas, em concreto. -----

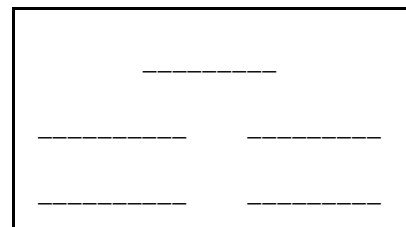


O Senhor Vice-Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador José Filipe Cruz, disse-lhe que apesar de ele referir que a sua postura nas reuniões da Câmara é na perspetiva de munícipe, verifica-se que aquando das suas intervenções “a balança fica inclinada para o lado dos empresários e do mundo empresarial”. O Senhor Vice-Presidente acrescentou que o Senhor Vereador José Filipe Cruz fala pouco nos interesses da população em geral e no desenvolvimento do concelho, pondo sempre a tónica no mundo empresarial, que apesar de merecer todo o respeito e ser a alavanca do desenvolvimento económico do concelho, tem de ser olhado numa perspetiva global. Voltando à situação do montante da concessão do posto de combustível de Alcáçovas e apesar da discordância manifestada pelos Senhores Vereadores da oposição, o que é certo é que o contrato se concretizou, estando a bomba a ser instalada para iniciar o seu funcionamento e indo o adjudicatário pagar mil e quinhentos euros por mês, parecendo, contudo, “que é contra a vontade dos Senhores Vereadores da oposição”. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz referiu que a sua atividade não é daquelas que ficou suspensa durante a pandemia, contrariamente ao que sucedeu com os cafés e outras atividades do género. Acrescentou que quando se refere aos empresários, fá-lo de forma global e que aquilo com que não concorda é o facto de haver isenções integrais do pagamento de rendas ao Município, existindo outros empresários que não beneficiam de semelhante apoio, não se tratando este assunto de uma forma global. Quanto à crítica que lhe foi feita de não se referir ao desenvolvimento do concelho, este Vereador reiterou o que referiu já dizer há muito tempo e que se prende com o facto de considerar “um erro crasso” a inexistência de zonas industriais nas três freguesias do concelho. Recordou ter havido uma revisão ao Plano Diretor Municipal em março de 2015, havendo terrenos disponíveis em Alcáçovas para criar lotes industriais e eles ainda não existem, tem sido recentemente criados mais quatro lotes mas na Zona Industrial já existente. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz realçou que esta é a sua preocupação e que contrariamente aquilo que transpareceu da intervenção do Senhor Vice-Presidente, nunca foi sua preocupação fazer-se incluir no grupo de empresários beneficiários, dado não ter legitimidade para essa inclusão. Este Vereador sublinhou que a sua maior preocupação neste âmbito, recai sobre as empresas que deixaram de ter qualquer tipo de rendimento, não havendo para elas uma atenção redobrada, seja de que forma for, no sentido de minimizar os seus prejuízos e de conseguir que mantenham a atividade. Disse ainda este Vereador que aquilo que tem acontecido é a isenção do pagamento de rendas a cem por cento, por parte de um pequeno número de empresários, sem tratar de modo uniforme, todos os empresários. -----

O Senhor Vice-Presidente considerou ser “pura demagogia” a intervenção do Senhor Vereador José Filipe Cruz, revelando um completo alheamento dele quanto às capacidades financeiras do Município, as suas



responsabilidades e as suas áreas de intervenção. Acrescentou que considera ser quase “uma irresponsabilidade” do Senhor Vereador José Filipe Cruz, propôr que o Município suporte o pagamento das rendas de todos os empresários do concelho porque isentou do pagamento de rendas as suas próprias instalações. Realçou o Senhor Vice-Presidente que esta é uma proposta que nenhum Município pode concretizar e daí que a considere “pura demagogia”. -----

Ainda a propósito deste assunto, o Senhor Vice-Presidente sublinhou que “nenhum elenco autárquico fez tanto pela vida empresarial deste concelho como fez o atual”, podendo isto ser comprovado pelas ações realizadas pelo Município a partir de 2009, designadamente com a dinamização de um Gabinete para apoio aos empresários; com o lançamento de programas e de encontros de empresários; com a disponibilização permanente de um Gabinete para atender, orientar e direccionar; com a celebração de um contrato com a ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo para apoio na formalização de candidaturas ao financiamento de investimentos; com a dinamização da olaria e da arte chocalheira, incluindo o lançamento da candidatura do chocalho a património da humanidade, que bastante ajudou a dinamizar o tecido empresarial do concelho; com a colocação da olaria nas redes internacionais; com a divulgação dos nossos saberes a nível regional e até nacional... -----

Após um pequeno diálogo entre o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador José Filipe Cruz, este voltou a referir-se à falta de lotes industriais, perguntando onde se poderão instalar as empresas que queiram vir para este concelho. -----

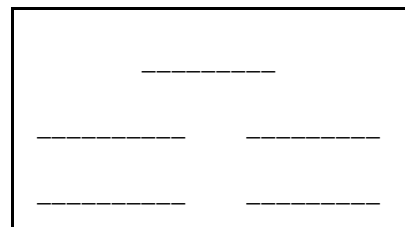
O Senhor Vice-Presidente esclareceu que existem lotes industriais disponíveis em Viana do Alentejo, tendo o Senhor Vereador José Filipe Cruz perguntado onde é que essa divulgação foi feita para que haja conhecimento desses lotes. -----

O Senhor Vice-Presidente respondeu que não tem conhecimento de que exista procura, tendo o Senhor Vereador José Filipe Cruz referido que o Senhor Vice-Presidente não tem conhecimento da realidade. Nesta sequência, o Senhor Vice-Presidente desafiou o Senhor Vereador José Filipe Cruz a dizer-lhe o nome de alguém que tenha procurado um lote industrial no concelho. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz disse que não lhe compete estar a divulgar nomes, embora esteja certo de que há procura de lotes industriais no concelho. -----

O Senhor Vice-Presidente recordou que o Plano Diretor Municipal, relativamente à Freguesia de Aguiar, previu uma área para implementação de uma zona industrial, sendo essa zona propriedade privada. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz, a este propósito referiu que à data da revisão do Plano Diretor Municipal, esse terreno já deveria estar adquirido pelo Município. -----



O Senhor Vice-Presidente, em resposta, disse que o anterior executivo CDU andou a prometer a revisão do Plano Diretor Municipal desde 2002, não chegou a efetuar-la e este executivo só a conseguiu realizar em 2015, dada a complexidade do processo. Acrescentou que nesta data o Município está em negociação com os proprietários desse terreno em Aguiar, com vista à respetiva aquisição. -----

Relativamente a Alcáçovas, disse saber que há dois ou três interessados em adquirir lotes industriais, estando a ser efetuado o trabalho necessário com vista à respetiva disponibilização. Contudo, o Senhor Vice-Presidente salientou que a atividade empresarial pode-se desenvolver no nosso território, noutros locais, sendo disso exemplo os pedidos de licenciamento de atividades empresariais, fora das zonas industriais. -----

Acrescentou ainda o Senhor Vice-Presidente que a configuração da Freguesia de Aguiar é muito particular, sendo como que “uma ilha inserida na grande propriedade”, não existindo, como em Viana e em Alcáçovas, pequenas propriedades ao redor que se podem ir adquirindo pouco a pouco. Contudo, frisou, há que ter sempre presente que tratando-se de propriedades privadas, os respetivos donos só as vendem se quiserem. -----

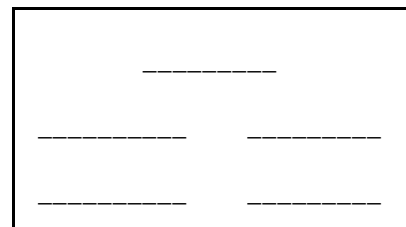
O Senhor Presidente recordou que já ouviu o Senhor Vereador José Filipe Cruz pronunciar-se favoravelmente à aquisição de terrenos em Aguiar, para construção da zona industrial, mesmo antes da aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal, sem prever que os proprietários sintam que o Município os enganou ao adquirir-lhes terrenos que, por via da revisão do Plano Diretor Municipal, se destinam a zona industrial. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz reafirmou essa sua posição e reportando-se à revisão do Plano Diretor Municipal feita em 2015, perguntou quem é que se sentiu prejudicado com a passagem de área agrícola para área urbana. -----

O Senhor Presidente referiu que aquilo que o Senhor Vereador José Filipe Cruz preconizou não é exatamente o que acabou de dizer pois não era possível ter adquirido terrenos para finalidades que ainda não estavam previstas no Plano Diretor Municipal que ainda não tinha sido revisto. -----

O Senhor José Filipe Cruz disse não compreender como é que o Município precisa de 20 ou 30 anos para comprar um terreno destinado à zona industrial de Aguiar. -----

O Senhor Presidente disse que o Município adquire terrenos de forma transparente e a forma que o Senhor Vereador José Filipe Cruz preconiza não é transparente, ou seja, não é transparente o Município comprar um terreno e a seguir fazer uma revisão do Plano Diretor Municipal, classificando esse terreno como industrial. -----



O Senhor Vereador José Filipe Cruz discordou do Senhor Presidente que considera que não é transparente comprar um terreno do modo que ele preconiza pois em sua opinião o proprietário não está a ser enganado porque lhe é dito qual a finalidade pretendida para o mesmo. -----

O Senhor Presidente referiu que se a revisão do Plano Diretor Municipal não estava aprovada, não era possível saber que os terrenos a adquirir se destinavam a zona industrial. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz argumentou que se o espaço não pudesse vir a ser “legalizado” para esse fim, outro destino lhe seria dado, inclusive com a possibilidade de renda. -----

Ainda a propósito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, o Senhor Presidente salientou que “é uma asneira” do Senhor José Filipe Cruz, considerar que se deviam comprar os terrenos antes da revisão do Plano Diretor Municipal. Recordou que o executivo CDU não conseguiu rever o PDM em cinco ou seis anos, tendo esse trabalho sido efetuado e pago (cerca de cem mil euros) pelo atual executivo e tendo a publicação ocorrido em 2015. -----

O Senhor José Filipe Cruz perguntou quando é que foi então aprovada a revisão do PDM, tendo-lhe o Senhor Presidente perguntado quando é que essa revisão foi iniciada. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz disse não saber, interessando-lhe conhecer quando é que o processo foi concluído, o que julga ter ocorrido há cerca de cinco anos, tendo o Senhor Presidente confirmado. ----

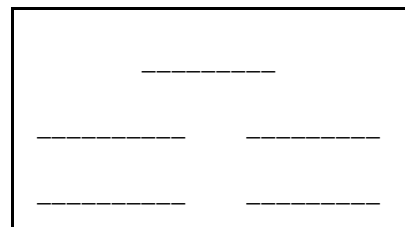
O Senhor Presidente salientou que na época que temos atravessado, praticamente tem sido inexistente a procura de lotes industriais. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz reiterou a sua opinião no sentido de que independentemente de existir ou não procura de lotes industriais, a oferta terá sempre de existir. -----

O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador José Filipe Cruz qual o montante que ele considera que vale um terreno com 5 hectares. -----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz disse não fazer ideia do montante que o proprietário solicitará, tendo o Senhor Vice-Presidente dito que ao Senhor Vereador José Filipe Cruz nem lhe interessa que sejam pedidos dois milhões de euros pois não analisa mais nada e tem apenas como intenção “parecer bem”, atitude que considera pouco consistente e pouco própria de alguém que integra um órgão do qual deveria conhecer as suas capacidades financeiras e os seus constrangimentos. -----

Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que não existe qualquer divergência quanto ao desejo de disponibilização de lotes industriais e por isso a Câmara está a trabalhar nesse sentido. Contudo, existe sim divergência quanto à contribuição do Senhor Vereador José Filipe Cruz em período pré-eleitoral, considerando que a dinamização do concelho poderia ser feita com a criação de uma grande prova anual



Motocross. Disse o Senhor Vice-Presidente que aqui, sim, existe divergência pois este executivo nunca direcionou o desenvolvimento do concelho a partir de uma prova desportiva. -----

Ponto dezassete) Proposta de realização de obras necessárias à correção de más condições de segurança, no âmbito do Processo n.º 29/21, cujo requerente é Florinda de Jesus Destapado Mira em Viana do Alentejo

– Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual, relativa ao Processo n.º 29/21, cuja requerente é Florinda de Jesus Destapado Mira; a Câmara deliberou com três votos favoráveis e uma abstenção por parte do Senhor Vereador José Filipe Cruz, determinar a execução das obras constantes do auto relativo à vistoria efetuada, necessárias à correção das más condições de segurança do prédio sito na Travessa do Instituto, nº 15, em Viana do Alentejo. -----

Ponto dezoito) Proposta de realização de obras à correção de más condições de segurança, no âmbito do Processo n.º 27/21, cujo requerente é o Cabeça de Casal da Herança de Mário Francisco Dias Lopes em Viana do Alentejo

– Nos termos da Informação Técnica n.º 27/21 da Divisão de Administração Urbanística e Processual, relativa ao Processo n.º 27/21, cujo requerente é o Cabeça de Casal da Herança de Mário Francisco Dias Lopes; a Câmara deliberou com três votos favoráveis e uma abstenção por parte do Senhor Vereador José Filipe Cruz, determinar a execução das obras constantes do auto relativo à vistoria efetuada, necessárias à correção das más condições de segurança do prédio sito na Rua do Rossio e Rua do Mercado, em Viana do Alentejo. -----

Ponto dezanove) Proposta de aprovação da 8.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa

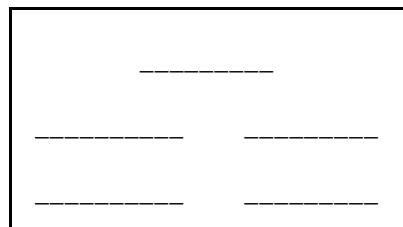
– Com três votos favoráveis e uma abstenção por parte do Senhor Vereador José Filipe Cruz, a Câmara aprovou a 8.ª proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto vinte) Proposta de aprovação da 7.ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais

– Com três votos favoráveis e uma abstenção por parte do Senhor Vereador José Filipe Cruz, a Câmara aprovou a 7.ª proposta de alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

Ponto vinte e um) Proposta de aprovação da 6.ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos

– Dado que à data de elaboração da ordem de trabalhos desta reunião havia a probabilidade de ter de ser realizada uma alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos, este ponto foi incluído. Contudo, veio-se a constatar não ser necessário efetuar tal alteração. -----



O senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezassete horas, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu,

,Chefe da DGR, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,